



# Privados e público pedem lei plurianual. Marcelo pressiona acordo

Bastonários da Saúde apresentaram proposta a Marcelo e saíram satisfeitos. Associação de privados tinha enviado a carta ao Presidente há duas semanas

**Saúde**  
Alexandra Campos  
e Liliana Valente

Não foi por acaso que o Presidente recebeu ontem os seis bastonários da Saúde e, mesmo sem falar, pressiona para que haja um acordo transversal no sector. Para isso tem o público e o privado lado a lado e o Governo não está contra, apesar de dizer que agora não há dinheiro.

Marcelo Rebelo de Sousa recebeu o grupo dos bastonários que lhe levou uma proposta para uma lei de programação na Saúde que invista anualmente cerca de mais 1,2 mil milhões de euros no sector. Mas não é a única proposta que chegou a Belém. Alguns privados, que se juntam no Conselho Estratégico Nacional da Saúde (CENS) da CIP (Confederação Empresarial de Portugal), enviaram há duas semanas uma carta ao Presidente a defender uma lei de meios.

Os vários ramos da Saúde estão a puxar para o mesmo lado e Marcelo, no início do mandato elogiou o clima de “pacificação”, propício a um “fácil consenso”, está a ouvir.

Os bastonários tinham pedido a audição em Outubro, mas o Presidente fê-lo esta semana, pouco tempo depois de ter recebido um carta do órgão da CIP, que junta a Apifarma (indústria farmacêutica), a Associação Nacional de Farmácias, a Apomed (dispositivos médicos) e a Associação de Hospitalização Privada, e numa altura em que a oposição carrega nas críticas ao ministro e aponta falhas ao Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Os seis bastonários da área querem uma “recapitalização” do SNS em 1,2 mil milhões por ano, para que estas falhas deixem de existir. O Governo agradece a proposta, mas diz que não tem margem. Antes mesmo da audição com os responsáveis, Marcelo esteve na Fundação Champalimaud com o ministro da Saúde. Adalberto Campos Fernandes, antecipando a proposta dos bastonários, disse que

a posição “é razoável” e não a descartou, mas não será possível concretizá-la de uma vez só: “Obviamente que nem o país suportaria em termos orçamentais um acréscimo imediato desse valor, [nem as regras] a que estamos obrigados a responder perante obrigações externas permitiriam tal.”

Uma reacção esperada pelos bastonários. “Ele sofre tanto como nós com as exigências do orçamento da saúde ou até mais. Ele conhece a realidade”, disse ao PÚBLICO José Manuel Silva, bastonário dos Médicos.

Se o problema é a dimensão do reforço, não será o método. Os privados também estão de acordo numa lei de meios plurianual, que consigne a receita de impostos ao sector da Saúde e fizeram-no chegar a Marcelo por carta. “Se houver uma lei que identifique de onde vem o dinheiro, como é feito o financiamento, permitiria um planeamento por parte do ministro da pasta”, disse Oscar Gaspar, do CENS da CIP e ex-secretário de Estado da Saúde do Governo de José Sócrates, ao PÚBLICO.

Esta não é a receita milagrosa para os problemas da Saúde, mas ajudaria a resolver alguns problemas, acreditam os profissionais. “O dinheiro é sempre curto. Todos os anos fica mais curto e as necessidades aumen-

“

**Obviamente que nem o país suportaria em termos orçamentais um acréscimo imediato desse valor**

**Adalberto Campos Fernandes**  
Ministro da Saúde



tam”, respondeu Ana Rita Cavaco, bastonária da Ordem dos Enfermeiros, quando questionada sobre se há aumento das cativações de verbas que estejam a provocar falhas. “De ano para ano o orçamento ou emagrece ou mantém-se”, lamenta, notando que faltam equipamentos, medicamentos e até alimentos no SNS, como denunciou esta semana.

Foram, aliás, as denúncias que fez que provocaram uma avalanche de perguntas da oposição. Nas últimas semanas, PSD e CDS têm insistido nas falhas da Saúde e fizeram já 24 perguntas desde o início de Novembro. “Desde a recusa de atendimento de utentes à sobrelotação dos serviços de urgência, passando ainda por repetidas rupturas nas escalas médicas, são cada vez mais as evidências de um agravamento das condições de funcionamento do SNS”, escrevem deputados do PSD. Já esta semana, Assunção Cristas fazia o diagnóstico de que a “política de Saúde” está “desnorteada e sem rumo”.

## BE questiona sobre Hospital de Cascais

O Bloco de Esquerda não tem só uma série de perguntas para fazer ao Ministério da Saúde sobre a eventual “precarização das relações laborais, manipulação de indicadores” naquele hospital. Contactado, o gabinete de comunicação do Hospital PPP [parceria público-privada] de Cascais. O BE quer o Governo investigue o assunto e decidiu pedir-lhe respostas. O momento não foi escolhido por acaso. O executivo tem até ao fim do mês para tomar uma decisão sobre a continuidade, ou não, daquela parceria público-privada (PPP). Segundo o documento com as perguntas que deu entrada no Parlamento, assinado pelo deputado Moisés Ferreira, os bloquistas estão preocupados com a “qualidade

dos cuidados de saúde prestados” e com a eventual “precarização das relações laborais e manipulação de indicadores” naquele hospital.

Contactado, o gabinete de comunicação do Hospital PPP respondeu ao PÚBLICO que “o Hospital de Cascais é escrutinado minuciosamente pelo Estado no cumprimento dos seus deveres para com os utentes e os colaboradores no âmbito do seu contrato de gestão, e por exigentes entidades externas independentes. Foi recentemente classificado como o melhor hospital do serviço nacional de saúde na sua categoria.” **Maria João Lopes**



**Marcelo  
recebeu  
ontem seis  
bastonários  
das ordens  
da Saúde**

MIGUEL MANSO

## Faltam médicos, equipamentos estão obsoletos e farmácias enfrentam dificuldades

**Alexandra Campos**

### Falta de médicos e equipamentos obsoletos

A Ordem dos Médicos (OM) considerou, na quinta-feira, “alarmante” a falta de especialistas nas maternidades Bissaya Barreto e Daniel de Matos (Coimbra) e alertou para uma situação de “catástrofe iminente” nos serviços de urgência das duas maternidades, mas também nos Hospitais da Universidade de Coimbra. O problema decorre da escassez de médicos. No Hospital de Portimão, a urgência esteve esta semana um dia sem pediatras de serviço. Além da falta de recursos humanos, a OM tem afirmado que muitos equipamentos estão obsoletos e necessitam urgentemente de ser renovados.

### Doentes sem comida nem medicamentos

A bastonária da Ordem dos Enfermeiros disse na segunda-feira à noite que vários doentes estiveram dois dias sem comer e sem ser medicados num hospital público. Sem especificar a que hospital se estava a referir, Ana Rita Cavaco explicou que o problema terá ocorrido numa altura em que a afluência às urgências foi maior e não houve um correspondente reforço de enfermeiros e auxiliares, que já estão a trabalhar no fio da navalha. O CDS-PP pediu a audição da bastonária e o ministro da Saúde e Ana Rita Cavaco pediram à Inspeção-Geral das Actividades em Saúde que investigasse o caso.

### Metade das farmácias em insolvência ou situação muito difícil

Na semana passada, a bastonária da Ordem dos Farmacêuticos revelou que quase metade das farmácias portuguesas estão em situação de insolvência ou de grande fragilida-

de económica. Ana Paula Martins precisou que, num universo de três mil farmácias, “há cerca de 500 em insolvência, 800 em grande fragilidade económica e 1500 não pagam aos fornecedores”. Esta realidade é um reflexo da crise das farmácias, lembrou, alertando que, em situações destas, em que os farmacêuticos têm de gerir com menos dinheiro, “há um risco adicional de haver práticas menos correctas”.

### Só 13 dentistas em centros de saúde

Na saúde oral, existem neste momento, e apenas em experiência-piloto em centros de saúde da região de Lisboa, 13 médicos dentistas a atender utentes nos centros de saúde públicos. A maior parte dos portugueses tem que recorrer ao sector privado. O que existe desde 2008 é um programa para

a promoção de saúde oral que consiste na distribuição de cheques-dentistas a grávidas, crianças, idosos e pessoas infectadas com VIH e permitiu dar resposta a 2,5 milhões de pessoas em oito anos, mas tem havido sucessivos atrasos no pagamento aos profissionais. O bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas diz que é urgente alargar este programa aos diabéticos.

“[O Presidente] ouviu com muita atenção as nossas preocupações transversais e sectoriais, ele está informado, tem feito uma magistratura de influência e é muito interventivo”, comentou José Manuel Silva. O encontro “correu muito bem”, considerou Ana Rita Cavaco. Para os enfermeiros, calcula, é necessário contratar três mil profissionais por ano, num horizonte de dez anos.

Sublinhando que este é “um momento de emergência” no SNS (incluindo o sector privado e social), o bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas, Orlando Monteiro Silva, diz que “hoje se faz sentir um outro tipo de austeridade por asfixia no sector que lentamente está a levar a um estrangulamento”. Na sua área, destaca os atrasos nos pagamentos dos cheques-dentista e a falta de promoção e divulgação deste programa.

**com David Dinis**

alexandra.campos@publico.pt  
liliana.valente@publico.pt





# Sectores público e privado pedem lei plurianual para a Saúde

Marcelo Rebelo de Sousa pressiona para entendimento **p10/11**